

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL COMO MECANISMO DE APOIO À CIÊNCIA ABERTA

Nivaldo Calixto Ribeiro

Doutor em Gestão e Organização do Conhecimento pela Universidade Federal de Minas Gerais. Universidade Federal de Lavras, Lavras, Minas Gerais, Brasil.
zoopas@gmail.com / nivaldo@ufla.br
<https://orcid.org/0000-0003-0650-0121>

Eliana José Bernardes

Graduação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga. Bibliotecária do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasil..
eliana@ufla.br
<https://orcid.org/0000-0002-0964-1539>

Juliana Soares do Nascimento

Graduação em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga. Bibliotecária do Repositório Institucional da Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasil..
juliana.soares@ufla.br
<https://orcid.org/0000-0002-3833-0326>

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar o Termo de Autorização da Universidade Federal de Lavras (UFLA) para depósito de trabalhos de conclusão de curso no Repositório Institucional, tendo como referência a Taxonomia da Ciência Aberta proposta por Silveira *et al.* (2023). Por meio de análise documental comparativa, buscou-se verificar em que medida o termo incorpora os princípios da ciência aberta e quais aspectos ainda necessitam de aprimoramento. Os resultados evidenciam convergências relevantes com as facetas de acesso aberto, dados abertos, licenciamento aberto e uso de repositórios institucionais, fortalecendo práticas de transparência e circulação do conhecimento científico. No entanto, observam-se lacunas em facetas como ciência cidadã, avaliação aberta, pesquisa reproduzível e diálogo com outros saberes, que poderiam ser mais bem contempladas. Conclui-se que, embora, o termo já contribua para o fortalecimento das políticas institucionais de ciência aberta, há meios para seu aprimoramento, favorecendo a colaboração, o compartilhamento de práticas científicas e a democratização do conhecimento no contexto acadêmico.

Palavras-chave: Ciência aberta. Repositório institucional. Políticas públicas. Transparência em pesquisa. Acesso ao conhecimento.

AUTHORIZATION TERM FOR DEPOSITING A FINAL COURSE PAPER IN AN INSTITUTIONAL REPOSITORY AS A MECHANISM TO SUPPORT OPEN SCIENCE

ABSTRACT

The article aims to analyze the Authorization Term of the Universidade Federal de Lavras (UFLA) for the deposit of final course papers in the Institutional Repository, using the Open Science Taxonomy proposed by Silveira *et al.* (2023) as a reference. Through comparative document analysis, the study seeks to verify the extent to which the term incorporates the principles of open science and to identify aspects that still require improvement. The results reveal relevant alignments with the facets of open access, open data, open licensing, and the use of institutional repositories, thereby reinforcing practices of transparency and circulation of scientific knowledge. However, gaps are observed in dimensions such as citizen science, open peer review, reproducibility, and dialogue with other knowledge systems, which could be more effectively addressed. It is concluded that, although the term already contributes to strengthening institutional open science policies, there are opportunities for its enhancement, fostering collaboration, the sharing of scientific practices, and the democratization of knowledge in the academic context.

Keywords: Open science. Institutional repository. Research transparency. Public policies. Access to knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a ciência tem enfrentado desafios significativos relacionados à credibilidade, reprodutibilidade e acesso aos resultados das pesquisas, consubstanciado pelas fake news, movimento anti-ciência entre outros. Nesse cenário, a transparência científica consolida-se como um princípio para o fortalecimento da confiança pública, da integridade acadêmica e da eficiência dos processos de produção e disseminação do conhecimento. A abertura de dados, métodos, avaliações e resultados não é apenas uma exigência ética, mas também estratégica para a inovação e a colaboração científica. De acordo com a UNESCO (2021), a ciência aberta deve ser compreendida como um paradigma a ser adotado para tornar o conhecimento científico acessível, reutilizável e relevante para a sociedade.

A sua consolidação vem sendo acompanhada por esforços de sistematização conceitual e operacional. Um dos marcos recente é a *Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada*, proposta por Silveira *et al.* (2023), que organizou a ciência aberta em dez facetas e múltiplas subfacetas, abrangendo desde o acesso aberto a publicações até o diálogo com saberes tradicionais. Esse modelo expandiu taxonomias anteriores, como a da FOSTER (Pontika *et al.*, 2021), ao incluir dimensões sociais, técnicas, epistêmicas e jurídicas da abertura científica. Além de seu valor teórico, a taxonomia funciona como ferramenta prática para o desenho, implementação e avaliação de políticas institucionais e instrumentos normativos de apoio à ciência aberta.

No contexto brasileiro, diversas instituições vêm adotando políticas alinhadas a esses princípios, como a Política de Ciência Aberta da FAPESP (2022). Universidades públicas, em particular, têm implementado repositórios institucionais, com foco em publicações científicas e de dados, adotando licenças abertas em revistas científicas e promovendo o acesso aberto às suas produções acadêmicas. Para Weitzel (2021), nesse contexto, o acesso aberto tem como princípio o acesso amplo e irrestrito, isto é, sem pagamento. Esse conhecimento científico é produzido por universidades e institutos de pesquisa, muitas vezes financiados com recursos públicos.

Contudo, instrumentos jurídicos específicos como os termos de autorização para depósito e publicação de trabalhos acadêmicos ainda carecem de avaliação sistemática.

Esses documentos, embora comumente tratados como meros formulários administrativos, são fundamentais para garantir a abertura do conhecimento e devem refletir os compromissos institucionais com a transparência e o acesso público à ciência.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o *Termo de Autorização para Depósito e Publicação de Trabalhos de Conclusão de Curso* da Universidade Federal de Lavras (UFLA), à luz da *Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada*, proposta por Silveira *et al.* (2023). Busca-se identificar em que medida o termo incorpora os princípios e práticas da ciência aberta, destacando pontos de convergência, lacunas e oportunidades de aprimoramento institucional, com vistas a fortalecer políticas públicas de acesso aberto e promover maior transparência, colaboração e democratização do conhecimento científico.

Destarte, neste texto, optou-se pelo uso do termo "Repositório Institucional" invés de "Repositório Digital" por entender que o primeiro destaca o vínculo formal e estratégico com a universidade, refletindo seu papel na gestão, preservação e disseminação da produção científica. Enquanto "digital", que está em voga, se refere ao apelo tecnológico, "institucional" abrange a identidade, legitimidade e compromisso de longo prazo da universidade com o acesso aberto e a memória científica e acadêmica da instituição. Além disso, o termo já está consolidado em políticas internas da universidade.

2 REFERENCIAL

A ciência aberta vem se consolidando como um paradigma científico, pautado na transparência, colaboração e acesso amplo ao conhecimento (UNESCO, 2021). Essa abordagem representa uma resposta aos desafios contemporâneos relacionados à credibilidade, reprodutibilidade e equidade no acesso aos resultados da pesquisa (Albagli; Maciel; Abdo, 2015). A consolidação conceitual e normativa da ciência aberta tem sido impulsionada por organismos internacionais e instituições nacionais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, 2022), que estabeleceu diretrizes específicas por meio da sua Política de Ciência Aberta.

A ideia de sistematizar a ciência aberta ganha forma por meio de abordagens como a taxonomia criada pelo projeto FOSTER (Pontika *et al.*, 2015) e a versão expandida por

Silveira *et al.* (2023). Essa estrutura não se limita a categorizar, mas articula dez facetas interligadas que vão do acesso aberto a publicações até o respeito e integração dos saberes tradicionais. Mais do que um simples modelo, essa taxonomia se torna uma chave estratégica para repensar e reconfigurar as políticas institucionais de ciência aberta, unindo questões sociais, técnicas, epistêmicas e jurídicas de forma inovadora.

No contexto brasileiro, estudos demonstram que universidades públicas vêm adotando iniciativas em prol da ciência aberta, embora com níveis variados de institucionalização (Ribeiro, 2022). Tais ações envolvem desde a criação de repositórios institucionais até a definição de políticas editoriais alinhadas à abertura do conhecimento (Ribeiro; Oliveira; Diniz, 2024). No entanto, há desafios significativos para a efetiva implementação dessas práticas, sobretudo no que se refere às competências informacionais dos profissionais e à adequação dos instrumentos normativos (Albagli; Appel; Maciel, 2014). Mirowski provoca uma reflexão inquietadora ao indagar: *o que exatamente a ciência aberta se propõe a corrigir em relação à ciência tradicional?*. Essa questão traz à tona não apenas os limites da prática científica herdada de paradigmas anteriores, mas também as promessas de renovação associadas ao movimento contemporâneo de abertura.

Seguindo essa linha, Carvalho (2021) acrescenta novas perguntas que expandem o horizonte do debate: *quais são, afinal, os objetivos da ciência moderna e de uma Ciência Aberta? Trata-se de produzir maior transparência, de ampliar a circulação de dados ou de efetivamente engajar a sociedade em práticas de ciência cidadã?*

Ao articular essas indagações evidenciam-se que o cerne da discussão não está apenas na disponibilização de publicações ou dados, mas na redefinição do papel social da ciência, de seus modos de validação e de sua relação com diferentes públicos. Assim, a Ciência Aberta pode ser compreendida, simultaneamente, como um projeto de correção das fragilidades históricas da ciência e como uma proposta de transformação estrutural das formas de produzir, compartilhar e legitimar o conhecimento.

Nesse cenário, o exame de instrumentos como os termos de autorização para depósito de trabalhos acadêmicos ganha relevância. Apesar de muitas vezes tratados como meros formulários administrativos, esses documentos possuem potencial normativo para garantir a adesão às diretrizes da ciência aberta, conforme orientações da UNESCO

(2021) e da FAPESP (2022), e parâmetros propostos na literatura especializada (Silveira *et al.*, 2023; Pontika *et al.*, 2021).

3METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, fundamentada na técnica de análise documental comparativa. O objeto principal do estudo é o *Termo de Autorização para Depósito e Publicação de Trabalhos de Conclusão de Curso no Repositório Institucional da UFLA (RIUFLA)*, considerado como documento representativo das práticas institucionais relativas à disseminação da produção acadêmica da UFLA.

Esse documento foi confrontado com os princípios e dimensões descritos na *Taxonomia da Ciência Aberta: revisada e ampliada*, proposta por Silveira *et al.* (2023), que sistematiza facetas do domínio da ciência aberta em instituições de pesquisa e ensino superior.

A metodologia desenvolve-se em três etapas principais:

1. Leitura e categorização do termo da UFLA: Foi realizada uma leitura criteriosa do termo, com destaque para seus elementos estruturais, objetivos explícitos e implícitos, cláusulas de cessão de direitos, opções de licenciamento, menções a dados de pesquisa e formas de acesso e divulgação. Esses elementos foram organizados em categorias temáticas preliminares.
2. Mapeamento das facetas da *Taxonomia da Ciência Aberta*: com base na taxonomia de Silveira *et al.* (2023), foram identificadas as dez principais facetas, a saber: (1) Acesso Aberto; (2) Dados Abertos; (3) Licenciamento Aberto; (4) Infraestruturas e Ferramentas Abertas; (5) Educação Aberta; (6) Ciência Cidadã; (7) Avaliação Aberta; (8) Pesquisa Reprodutível Aberta; (9) Políticas de Ciência Aberta; e (10) Diálogo Aberto com Outros Sistemas de Conhecimento.
3. Análise comparativa:
 - a. Foi realizada uma análise cruzada entre os elementos do termo da UFLA e as facetas da taxonomia, com o objetivo de identificar:
 - b. Correspondências e práticas já alinhadas à ciência aberta;

- d. Potenciais melhorias e recomendações para fortalecer a aderência institucional aos princípios da ciência aberta.

O caráter qualitativo da abordagem permitiu uma interpretação contextualizada das intenções normativas do termo e seu potencial como instrumento de política científica institucional. A análise foi orientada não apenas para a identificação de conformidades, mas também para destacar dimensões latentes e potenciais de aprimoramento, com vistas a subsidiar ações de fortalecimento da comunicação científica aberta em universidades públicas brasileiras.

4 RESULTADOS

O *Termo de Autorização para Depósito de Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal de Lavras (UFLA)* é um documento que formaliza a permissão do autor para que seu trabalho de conclusão de curso seja disponibilizado no Repositório Institucional da UFLA (RIUFLA). Este termo reflete diversos princípios e práticas associados à Ciência Aberta, conforme delineado na *Taxonomia da Ciência Aberta: revisada* e ampliada por Silveira *et al.* (2023). O Quadro 1, apresenta uma comparação entre os elementos presentes no termo da UFLA e as facetas identificadas na referida taxonomia, destacando convergências e oportunidades de aprimoramento.

Quadro 1 - Comparação entre os elementos presentes no termo da UFLA e as facetas

Faceta	Presente	Convergências e diálogo
1. Acesso Aberto	Sim	Engloba a disponibilização livre e gratuita de publicações científicas, promovendo a democratização do conhecimento. O termo da UFLA está alinhado a esse princípio ao autorizar a disponibilização integral do trabalho no RIUFLA, permitindo leitura, impressão e download sem custos, conforme a Lei nº 9.610/98. Essa prática facilita o acesso público aos resultados de pesquisas acadêmicas, promovendo a disseminação do conhecimento.
2. Dados Abertos	Sim	Refere-se à disponibilização de dados de pesquisa de forma acessível e reutilizável. O termo da UFLA aborda essa questão ao questionar se os dados da pesquisa

		estão disponíveis em acesso aberto, solicitando o link de acesso quando aplicável. Essa iniciativa incentiva a transparência e a possibilidade de reuso dos dados por outros pesquisadores, alinhando-se às práticas de compartilhamento de dados preconizadas pela Ciência Aberta.
3. Licenciamento Aberto	Sim	Dispositivo importante para definir os direitos de uso e compartilhamento de obras acadêmicas. O termo da UFLA incorpora essa faceta ao oferecer opções de licenças Creative Commons, permitindo que o autor escolha as permissões concedidas para o uso de sua obra, incluindo usos comerciais e modificações, desde que atribuída a devida autoria. Essa abordagem promove a flexibilidade e a clareza nos termos de uso, facilitando a disseminação responsável do conhecimento.
4. Pesquisa Reprodutível Aberta	Sim	Enfatiza a importância de disponibilizar metodologias, dados e códigos que permitam a replicação dos estudos. O termo da UFLA aborda parcialmente essa questão ao questionar sobre a disponibilização de dados de pesquisa. Incentivar a inclusão de protocolos detalhados, scripts e outros materiais suplementares fortaleceria o compromisso com a reprodutibilidade científica.
5. Educação Aberta	Não	-----
6. Ciência Cidadã	Não	Envolve a participação ativa da sociedade em todas as etapas do processo de produção científica, desde a formulação de questões até a análise e disseminação dos resultados. Esse processo inclui a divulgação científica, que visa tornar os resultados da pesquisa acessíveis e compreensíveis ao público em geral, promovendo o engajamento da comunidade com a ciência. No contexto do termo da UFLA, o autor tem a possibilidade de autorizar a divulgação de seus trabalhos em redes sociais e outros canais de comunicação, ampliando o alcance e o impacto de suas descobertas.
7. Avaliação Aberta	Não	-----
8. Infraestruturas e Ferramentas	Não	-----
9. Políticas de Ciência Aberta	Sim	A existência do termo de autorização da UFLA reflete a implementação de políticas institucionais de Ciência Aberta, alinhando-se às recomendações da UNESCO

		para promover a abertura no ambiente acadêmico. Essas políticas são fundamentais para orientar e formalizar práticas que incentivem a transparência e o compartilhamento do conhecimento.
10. Diálogo Aberto com outros sistemas de conhecimento	Não	-----

Fonte: elaboração própria.

Com relação à Educação Aberta, embora o termo do RIUFLA não aborda explicitamente materiais educativos abertos, a disponibilização de trabalhos acadêmicos pode servir como recurso didático para estudantes e pesquisadores. A inclusão de materiais complementares, como dados de pesquisa e materiais didáticos associados, poderia fortalecer a contribuição para a Educação Aberta, ampliando as oportunidades de aprendizado e ensino.

A Avaliação Aberta refere-se à transparência nos processos de revisão por pares e avaliação acadêmica. O termo da RIUFLA não explicita práticas relacionadas a essa faceta. A implementação de processos de avaliação abertos poderia ser considerada para aumentar a transparência e a qualidade das publicações disponibilizadas no repositório.

A disponibilização de trabalhos no RIUFLA representa a implementação de infraestruturas digitais abertas, uma faceta destacada na taxonomia. O repositório institucional serve como uma plataforma que assegura a preservação digital e o acesso contínuo às produções acadêmicas, contribuindo para a sustentabilidade e acessibilidade do conhecimento científico.

Já a faceta de Diálogo Aberto com outros sistemas de conhecimento destaca a importância da interação entre diferentes formas de saberes. O termo da UFLA não aborda explicitamente essa dimensão. Iniciativas que promovam a integração entre o conhecimento acadêmico e saberes tradicionais ou locais poderiam ser incorporadas para enriquecer a troca de informações e perspectivas.

A faceta da Ciência Cidadã refere-se à participação ativa da sociedade no processo de produção científica, desde a formulação de perguntas até a análise e disseminação dos resultados (Santos, 2022; Santos *et. al*, 2025).

Embora o termo da UFLA não contemple diretamente mecanismos de participação cidadã, a disponibilização em acesso aberto amplia o potencial de engajamento da

população com os resultados científicos. Para consolidar essa faceta, é necessário fomentar práticas de divulgação científica acessível, com linguagem clara, recursos visuais e estratégias inclusivas, que transformem o repositório em um canal de diálogo entre universidade e sociedade.

A divulgação científica, nesse sentido, é uma das estratégias para efetivar a faceta da ciência cidadã, pois estabelece uma ponte entre o conhecimento produzido nas universidades e a sociedade em geral. Mais do que traduzir a linguagem acadêmica, a divulgação científica precisa promover a compreensão pública da ciência, valorizar saberes diversos e estimular o engajamento da população com as questões científicas contemporâneas.

Nesse contexto, destaca-se a importância da comunicação científica na web social, em plataformas como blogs, redes sociais, canais de vídeo e *podcasts*. Essas mídias ampliam o alcance das publicações acadêmicas, permitindo que os resultados das pesquisas circulem para além dos círculos especializados. Essa possibilidade está materializada no próprio termo de autorização da UFLA, que contempla uma cláusula específica solicitando a autorização do autor para fins de divulgação científica, inclusive em redes sociais e outros canais de comunicação.

Ao prever expressamente o uso dos trabalhos acadêmicos em ações de divulgação pública da ciência, o termo amplia seu escopo funcional, promovendo uma aproximação estratégica entre universidade e sociedade por meio da *websocial*. A cláusula presente no documento solicita a anuência do(a) autor(a) para a divulgação do trabalho "em redes sociais, páginas institucionais, eventos e demais ações de promoção da produção acadêmica".

Essa formulação demonstra o reconhecimento da importância da circulação ampliada do conhecimento para além dos meios formais de publicação, incluindo mídias digitais e interativas como vídeos, *cards*, *podcasts* e publicações em plataformas sociais. Essa dimensão é fundamental para democratizar o conhecimento, combater a desinformação e promover uma cultura científica mais crítica e inclusiva.

Ainda no contexto da ciência aberta, pode-se dizer que a identificação única de autores e pesquisadores também se torna importante para ampliar a visibilidade, rastreabilidade e credibilidade das publicações.

O uso do identificador *Open Researcher and Contributor ID* (ORCID) pode ser considerado uma boa prática institucional, pois permite integrar os dados de autoria com sistemas de gestão da informação acadêmica, promovendo maior transparência e interoperabilidade. Incluir o campo de ORCID nos termos de autorização pode contribuir para a valorização da autoria acadêmica, facilitar o monitoramento das produções e fomentar redes de colaboração científica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Termo de Autorização para Depósito de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da UFLA reflete aspectos importantes da Taxonomia da Ciência Aberta revisada e ampliada por Silveira et al. (2023), com foco em elementos fundamentais como acesso aberto, dados abertos, licenciamento aberto e infraestruturas digitais. Esse alinhamento é um passo significativo para a promoção da Ciência Aberta na universidade, pois garante a disponibilização de pesquisas em formatos acessíveis e utilizáveis por toda a sociedade.

Contudo, há ainda oportunidades de expansão e aprimoramento do termo, incorporando novos aspectos da Ciência Aberta, como educação aberta, ciência cidadã, avaliação aberta, pesquisa reprodutível e o diálogo com outros sistemas de conhecimento. Essas dimensões podem fortalecer ainda mais a posição da UFLA como um centro de inovação em ciência aberta, contribuindo para uma prática científica mais transparente, inclusiva e colaborativa. O conceito de ciência cidadã, por exemplo, poderia ser melhor integrado, permitindo a participação da sociedade em todo o processo de pesquisa, desde a formulação de perguntas até a análise e disseminação dos resultados.

Uma limitação relevante do estudo é o seu escopo restrito ao documento de uma única instituição, o que pode dificultar a generalização dos resultados para outras realidades institucionais no Brasil. Além disso, a análise não abordou as percepções de autores, bibliotecários e gestores institucionais sobre a aplicação prática do termo, o que poderia enriquecer a compreensão da sua efetividade.

Para avançar, sugere-se que estudos futuros ampliem a amostra, incluindo termos de outras universidades públicas e privadas, permitindo uma análise comparativa interinstitucional. Pesquisas qualitativas, com entrevistas envolvendo atores-chave na

gestão de repositórios, também podem proporcionar insights valiosos. A avaliação do impacto desses termos, especialmente em relação à visibilidade, reutilização e transparência dos trabalhos, seria fundamental para medir sua eficácia e contribuição para a ciência aberta.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; APPEL, Andre Luiz; MACIEL, Maria Lucia. E-Science, ciência aberta e o regime de informação em ciência e tecnologia. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/854/1/124-540-1-PB.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2025.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia; ABDO, Alexandre Hannud. A ciência aberta: questões abertas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 8-17, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303963511_A_Ciencia_aberta_questoes_abertas. Acesso em: 24 mar. 2025.

CARVALHO, Paola Catrina Pitol. Ciência aberta: caminho para as pesquisas científicas?. **Ciência da Informação Express**, Lavras, MG, v. 2, p. 1-4, 2021. DOI: 10.60144/v2i.2021.6. Disponível em: <https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/6>. Acesso em: 30 set. 2025.

FAPESP. **Política de Ciência Aberta da FAPESP**. São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://fapesp.br/cienciaaberta>. Acesso em: 24 mar. 2025.

MIROWSK, P. The future(s) of open Science. **Social Studies of Science**, [S. l.], v. 48, n. 2, p. 171-203, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0306312718772086>. Acesso em: 7 jul. 2021.

PONTIKA, N. *et al.* Fostering open science to research using taxonomy and an elearning portal. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON KNOWLEDGE TECHNOLOGIES AND DATA-DRIVEN BUSINESS, 15., 2015. **Proceedings...** Graz, Áustria: Association for Computing Machinery, 2015. Disponível em: <http://oro.open.ac.uk/44719/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

RIBEIRO, Nivaldo Calixto; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; DINIZ, Jonas Aron Cardoso. Bibliotecários e os desafios da Ciência Aberta: habilidades, serviços e produtos. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Manguinhos, v. 18, n. 1, p. 208–221, 2024. Disponível em:

